

SETENTA ANOS DE HISTÓRIA NA UFRJ (1939-2009)¹

and similar papers at core.ac.uk

provided

Resumo:

Este artigo apresenta uma síntese da história dos 70 anos do curso de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Palavras-chave: *História; curso de História da UFRJ; cronologia.*

Breve histórico do curso de História

Em 05 de julho de 1937, o presidente da República, Getúlio Vargas, sancionou a Lei 452, que estabelecia a Universidade do Brasil. Essa instituição dava continuidade à antiga Universidade do Rio de Janeiro, que havia sido criada na antiga capital da República, durante a década de 1920, com a justaposição da Faculdade de Medicina, da Escola Politécnica e da Faculdade de Direito. Dois anos após o ato presidencial, em março de 1939, o ministro da Educação e Saúde Pública encaminhou o projeto de Decreto-Lei que organizava a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi). O plano de Gustavo Capanema contrapunha-se à Universidade do Distrito Federal (UDF) – criada em 1935 e idealizada por Anísio Teixeira. Apesar de ter sido uma experiência inovadora, a UDF durou apenas quatro anos. Mas, por força do Decreto-Lei 1.063, de 20 de janeiro de 1939, todos os seus quadros técnicos,

* Professora adjunta de Teoria e Metodologia do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História Social (Ppghis) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: ncortes.ufrj@gmail.com.

corpos docente e discente foram incorporados à Universidade do Brasil. Em 4 de abril de 1939, o Decreto-Lei 1.190 constituiu a Faculdade Nacional de Filosofia, cujas finalidades eram:

- “a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica;*
- b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal;*
- c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, que constituíam objeto de seu ensino.”*

Esse mesmo decreto de criação também estabeleceu a organização da FNFi em quatro seções fundamentais, a saber: Seção de Filosofia, Seção de Ciências, Seção de Letras e Seção de Pedagogia. Havia ainda uma seção especial de Didática. A História estava compreendida na Seção de Ciências junto e ao lado da Geografia. Diferente do que ocorrera na UDF, a Nacional de Filosofia reuniu num só curso as duas formações profissionais. Tratava-se de novo capítulo do processo de institucionalização do ensino superior de História, que, agora, à semelhança dos tradicionais Institutos Históricos e Geográficos, vinculava-se aos saberes da Geografia². Na Universidade do Brasil, a separação entre ambas as disciplinas só ocorreria bem mais tarde, já em 1955 – num prenúncio do processo de especialização do conhecimento e da departamentalização das estruturas universitárias.

Antes disso, porém, a sociedade brasileira assistiu a importantes transformações sociais, e os professores da História foram intérpretes e atores desses acontecimentos. Um novo modelo de ensino superior se conformava e logo teria forte preponderância sobre todo o restante do país. Criada logo após a Universidade de São Paulo (USP)³, a Nacional de Filosofia encerrava um ideário de formação intelectual que grassou por gerações de estudiosos e profissionais em diversos campos de conhecimento, constituindo-se como marco relevante do desenvolvimento cultural, científico e tecnológico brasileiro. Seu projeto acadêmico ambicionava uma educação universalista e integradora, que, entretanto e simultaneamente, distinguia, seccionando numa hierarquia tácita, a carreira científica da vocação para o magistério. Com efeito, embora legalmente tivesse a pesquisa como seu objetivo, as atividades da investigação em História continuaram restritas aos tradicionais institutos históricos, pois o foco da FNFi foi prioritariamente voltado à formação para o magistério – alvo que se tornou padrão para as faculdades de Filosofia nas décadas de 1930 e 1940.

Em fins dos anos 1960, com o esgotamento dessa concepção educacional que englobava em uma única instituição todos os ramos do saber e cujos fundamentos metafísicos e epistemológicos repousavam na ideia da Filosofia como a “ciência primeira”, a Faculdade Nacional de Filosofia foi desmembrada em diversos Institutos especializados, que hoje fazem parte dos quadros da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contudo, e não obstante esse desmembramento, a sua memória continua viva⁴ sendo referência obrigatória para a consolidação da universidade no Brasil.

As primeiras instalações da Faculdade Nacional de Filosofia foram no prédio da atual Escola Estadual Amaro Cavalcanti, uma das escolas



públicas fundadas pelo Imperador Pedro II, que permanece de pé até hoje e está situado no Largo do Machado – bairro do Flamengo (foto à esquerda). Mais tarde, porém, os cursos da Nacional de Filosofia foram paulatinamente transferidos para o edifício Itália – o edifício foi encampado em meados 1942,

logo após o ingresso do Brasil na II Grande Guerra –, que ficava na Esplanada dos Ministérios, centro do Rio de Janeiro (foto à direita), bem próximo ao lugar onde, em 1952, seria instalado o Restaurante Central dos Estudantes “Calabouço”. Em março de 1967, sob o impacto da Reforma Universitária, o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) foi criado pela reunião do



Instituto de Ciências Sociais (ICS)⁵ e dos Departamentos de História e de Filosofia daquela antiga Faculdade. Mas logo em seguida, sob forte oposição do movimento estudantil, o recém-criado IFCS foi transferido para a sede do ICS, que ficava numa casa do bairro de Botafogo, cuja propriedade havia sido da família de Joaquim Nabuco, localizada na Rua Marquês de Olinda, perto da Livraria Editora José Olympio, que já então publicava e reunia os mais expressivos nomes da inteligência brasileira. Finalmente,

em 1969, o curso de História mudou-se para o Largo de São Francisco de Paula, onde, há quatro décadas, o IFCS está localizado.

Nesse antigo prédio da Escola Politécnica⁶ (foto à esquerda), seus docentes têm formado numerosas gerações de professores estudiosos da



História. E, desde os anos 1980, dedicam-se, com igual intensidade e envolvimento, às atividades da pesquisa e extensão. Porque, se, no passado, nos tempos da antiga Nacional de Filosofia, tais frentes de atuação foram consideradas excludentes – já que se preferiu o ensino para o magistério em detrimento à formação do pesquisador – desde a redemocratização

política da sociedade brasileira, assinalando o retorno ao estado de direito e, mais notadamente ainda, durante os anos noventa do século XX – com a abertura do turno noturno no curso de Graduação (1994), com a realização de sucessivos concursos públicos para provimento de vagas docentes (que resultaram num impressionante sopro renovador do quadro permanente), com a consolidação do curso de Mestrado e a criação do Doutorado nos programas de Pós-graduação em História – enfim, com o somatório combinado de todos esses fatores políticos ou sociais e esforços para a reorganização institucional e reestruturação acadêmica, o curso de História da UFRJ tem se consagrado como um importante núcleo da produção historiográfica brasileira e de formação profissional de historiadores.

CRONOLOGIA SELECIONADA⁷

1920

O Decreto 14.343, de 7 de setembro, institui a Universidade do Rio de Janeiro – justaposição de três escolas tradicionais que conservaram as suas características originais.

1931

Reforma Francisco Campos. O governo sanciona um conjunto de decretos, organizando o ensino secundário e estabelecendo novo projeto de ensino superior no Brasil: Decreto 19.850, de 11 de abril, cria o Conselho Nacional de Educação; Decreto 19.851, de 11 de abril, institui o Estatuto das Universidades Brasileiras, que dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil, adotando o regime universitário; o Decreto 21.241, de 14 de abril, consolida as disposições sobre o ensino secundário.

1934

Pela primeira vez, a Constituição estabelece que a educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos.

Início das atividades do Conselho Nacional de Educação (CNE) e dos Conselhos Estaduais de Educação (CEEs).

É instituída a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IPM), primeiro órgão voltado para a preservação do patrimônio histórico (Decreto n. 24.735, de 14 de julho).

1935

O Decreto 5.513, de 4 de abril, cria a Universidade do Distrito Federal (UDF).

1937

A Constituição de 1937 suprime o texto “*a educação é direito de todos*”.

Lei 452, de 5 de julho: fundação da Universidade do Brasil. Seu Artigo 27 estabelece a natureza dos vínculos entre a Universidade e o Governo, dispondo que o reitor e os diretores das unidades de ensino seriam escolhidos, dentre os catedráticos, pelo presidente da República e nomeados em Comissão, até que fosse decretado o Estatuto da Universidade.

É criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan): seu primeiro presidente foi Rodrigo de Melo Franco de Andrade.

1938

Ano da fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE).

1939

O Decreto-Lei 1.063, de 20 de janeiro, extingue a Universidade do Distrito Federal, e seus quadros são incorporados à Universidade do Brasil. O Decreto-Lei 1.190, de 4 de abril, cria a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), organizando-a em quatro Seções fundamentais: Seção de Filosofia, Seção de Ciências, Seção de Letras e Seção de Pedagogia; e Seção Especial de Didática. Ao professor catedrático são concedidos poderes para requisitar, conforme a necessidade do ensino, um ou mais professores assistentes para a sua cátedra (a vitaliciedade das cátedras foi estabelecida posteriormente, no Artigo 168 da Constituição de 1946. Vigorando por quase trinta anos, o sistema de cátedra será extinto apenas em 1967).

1942

Em 9 de abril, é promulgada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, conhecida como Reforma Capanema.

1946

A nova Constituição determina a obrigatoriedade do Ensino Primário e dá competência à União para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. O texto “*a educação é direito de todos*” volta a figurar na carta constitucional.

É aprovado o Estatuto da Universidade do Brasil. O Decreto 21.321, de 18 de julho, estabelece o ensino e a pesquisa como seus objetivos, e o regime de tempo integral para os docentes no desenvolvimento dessas atividades. Também dispôs sobre a nova estrutura organizacional da FNFfi, que passava a congregar os seguintes Departamentos: Departamento de Filosofia, Departamento de Matemática, Departamento de Física, Departamento de Química, Departamento de História Natural, Departamento de História e Geografia, Departamento de Ciências Sociais, Departamento de Letras e Departamento de Pedagogia. A partir de então, são extintas as Seções na estrutura acadêmico-administrativa da FNFfi.

O Decreto-Lei 9.092, de 26 de março, prevê alterações no processo de formação pedagógica. Com dupla orientação, o DEL mantinha o formato adotado pela FNFfi, mas também permitia uma nova orientação curricular suprimindo o curso de Didática. Os cursos passariam a ter quatro séries consecutivas, e a formação pedagógica do candidato ao magistério seria

reduzida, transcorrendo simultaneamente ao bacharelado. Ao contrário da USP, a Nacional de Filosofia rejeitou a nova modalidade.

O Decreto-Lei 9.053 amplia o regime didático das Faculdades de Filosofia, tornando obrigatória a existência dos ginásios de aplicação (futuros Colégios de Aplicação — CAPs).

1948

Em julho, criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC): seu primeiro presidente foi Jorge Americano (USP).

1951

Criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) – Álvaro Alberto da Mota e Silva foi nomeado seu presidente. Criação da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual Capes): seu primeiro dirigente foi Anísio Teixeira.

1953

Com a criação do Ministério da Saúde, o antigo Ministério da Educação e Saúde Pública desmembra-se e passa a se chamar Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Em 19 de novembro, através do Processo 5.167, dá-se a separação entre os cursos de Geografia e História da Faculdade Nacional de Filosofia.

1955

Reunindo intelectuais do Rio de Janeiro e São Paulo, foi criado do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), cujas finalidades eram “o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia e da política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional”. (Decreto 37.608)

1958

Sob a inspiração dos ideais divulgados pelo Iseb, foi lançado o **Boletim**

de História da Faculdade Nacional de Filosofia, publicação que passou a contar com a participação de vários alunos, dentre os quais: José Luiz Werneck da Silva, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto, Pedro de Alcântara Figueira, Ondemar Ferreira Dias Junior, José Américo Motta Pessanha⁸.



1961

Na cidade de Marília, São Paulo, entre os dias 15 e 21 de outubro, no I Simpósio dos Professores de História do Ensino Superior, fundação da Associação dos Professores Universitários de História (a atual ANPUH). Seu primeiro presidente foi o catedrático de História Antiga e Medieval da Universidade do Brasil, Eremildo Luiz Vianna – que, nessa mesma época, também exercia o cargo de Diretor da FNFⁱ (gestões 1953 – 1963).

Depois de treze anos de intensos debates, em 20 de dezembro, entrava em vigor a Lei 4.024, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

1962

Em cumprimento à LDB, é criado o Conselho Federal de Educação, que substituiu o Conselho Nacional de Educação. O MEC estabelece o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, sob a inspiração do método Paulo Freire.

1964

Posta na ilegalidade, a União Nacional dos Estudantes tem a sua sede invadida e incendiada.

Em 2 de junho, a Reunião Extraordinária da FNFⁱ foi iniciada com o comunicado de que as atas das suas últimas plenárias deixariam de ser lidas, pois foram requisitadas pela Comissão de Inquérito instalada para averiguar a acusação de subversão dirigida contra o corpo docente da Nacional de Filosofia. Constituída no Conselho Universitário, mas presidida pelo General Acyr Rocha Nóbrega, essa comissão, afirmou o professor Jorge Kingston, findou os seus trabalhos “*de modo infeliz*”, pois “*fez acusações no seu relatório ao ex-diretor, Prof. Eremildo Vianna [acusado de peculato] e à Congregação e, nem ao menos aplicou penalidades aos estudantes comprovadamente subversivos e desordeiros*”.

1965

A Lei 4.831, de 5 de novembro, altera as denominações das Universidades Federais situadas nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói, que passam a chamar Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF), respectivamente.

Conhecido como “Parecer Sucupira”, o Parecer CES 977, de 3 de dezembro, define a natureza e os objetivos dos cursos de Pós-graduação.

1966

A UNE decreta greve geral e elege o dia 22 de setembro como o Dia Nacional de Luta contra a Ditadura. A polícia invade a Faculdade Nacional de Medicina: o episódio ficou conhecido como o *Massacre da Praia Vermelha*.

1967

Consolidando diversos instrumentos legais⁹, a Reforma Universitária já indicava as suas diretrizes gerais no Decreto-Lei 252 e, ao fim, resultou: na dissolução do regime de cátedras, que foram substituídas pelos Departamentos (células básicas da estrutura acadêmica que passaram a integrar as áreas disciplinares); no estabelecimento do sistema de créditos e das matrículas por disciplina, findando com as turmas anuais e com as tradicionais matrículas por série; na criação dos ciclos básico e profissionalizante; na extinção das antigas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

Sob o mesmo ânimo da Reforma Universitária, o artigo 20 do Decreto-Lei 60.455, de 13 de março, dá criação ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS). A Portaria 354 (DOU 31/05/1967) designa o professor Djacir Menezes (1907-1996) como o seu primeiro diretor *pro-tempore*.

Em 21 de novembro, o primeiro ponto de pauta da segunda Reunião de Reorganização do IFCS foi o debate acerca da *“atitude grevista dos estudantes dos cursos de Ciências Sociais, História e Filosofia desde a transferência dos referidos da sede da Faculdade de Filosofia para este Instituto [situado na Rua Marquês de Olinda, 64 – Botafogo], dia 26 próximo passado”*.

A proposta para o novo Regimento do IFCS finalmente estabeleceu que *“os alunos aprovados no ano básico dos cursos de bacharelado poderão seguir simultaneamente as disciplinas pedagógicas exigidas para a licenciatura”*.

1968

Desde janeiro, as reuniões de Reorganização do IFCS passam a ser reconhecidas como reuniões de Congregação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. A Professora Maria Yedda Leite Linhares, do curso de História, apresenta proposta para formação dos cursos de Mestrado e Aperfeiçoamento. Em fevereiro, a Professora Marina São Paulo de Vasconcellos, do curso de Ciências Sociais, torna-se Diretora *pro-tempore* do IFCS. Entre outras deliberações, ela apresenta à Congregação de março, uma moção de solidariedade ao Professor Florestan Fernandes (USP) “*que fora forçado a solicitar demissão depois de 25 anos de magistério*”.

Nas ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro, em 26 de junho, a *Passeata dos Cem Mil*.



Em 3 de outubro, no mesmo dia em que ocorria a *Batalha da Maria Antônia* – briga campal entre os estudantes da USP e da Mackenzie – o IFCS sofreu um atentado terrorista¹⁰. No dia seguinte, em reunião da Congregação, a diretora do Instituto nomeia uma comissão para a apuração dos fatos, informando que as providências tomadas abrangem a presença da polícia técnica, uma vigília cívica de professores e alunos, a visita à reitoria. Informa também que o reitor autorizou medidas imediatas para a restauração dos danos materiais.

Nessa mesma reunião, a professora Marina São Paulo de Vasconcellos discorre sobre a aprovação pelo Conselho Universitário do novo Regimento do IFCS.

Através dos atos de exceção que culminaram no AI-5, foram cassados os seguintes professores dos cursos de Ciências Sociais, Filosofia e História da Universidade do Brasil / UFRJ: Álvaro Vieira Pinto, Eulália Maria Lahmayer Lobo, Evaristo de Moraes Filho, Guy José Paulo de Holanda, Hugo Weiss, Lincoln Bicalho Roque, Manoel Maurício de Albuquerque, Maria Yedda Leite Linhares, Marina São Paulo de Vasconcellos, Mário Antônio Barata, Miriam Limoeiro Cardoso, Moema Eulália de Oliveira Toscano, Victor Nunes Leal, Wanderley Guilherme dos Santos.

1969

Entra em vigor o Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro, que “*define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares*”.

O IFCS foi transferido para o antigo prédio da Escola Politécnica, situado no centro histórico da cidade, no Largo de São Francisco de Paula. Antes, na Congregação de fevereiro, a presidente do Diretório Acadêmico apresenta as reivindicações estudantis para ampliação das vagas do vestibular e abertura de cursos no turno noturno.

O Parecer CFE 77 regulamenta o Sistema Nacional de Pós-graduação.

1971

Em reação à crescente demanda por mais vagas, visando resolver a crise dos chamados “excedentes”, o Decreto 68.908, de 13 de julho, dispõe sobre o Concurso Vestibular e fixa as condições para a admissão na Universidade, estabelecendo o caráter classificatório dos vestibulares.

1975

Desenvolvimento do primeiro Plano Nacional de Pós-graduação (I PNPG), que vigorou durante o período de 1975 a 1979. O Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) consolida a legislação atinente à Pós-graduação na UFRJ e estabelece a regulamentação dos cursos de Pós-graduação (Resolução CEPG n. 1/75).

1978 / 1979

A Portaria 505 do MEC aprova as diretrizes básicas para o ensino de Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB) nos cursos de 1^a e 2^a graus, e de Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) nos cursos superiores.

Em Congregação, o IFCS regulamenta as primeiras iniciativas de formação de cursos de Pós-graduação em História, que já estavam em funcionamento desde 1970, mas só obtiveram a aprovação do CPEG em 1979.

A Resolução CFE 07/79 distingue os conteúdos programáticos da disciplina Estudos Sociais, permitindo, a partir das últimas séries do 1º Grau, o seu desdobramento em História e Geografia.

Em 25 de junho de 1979, a Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ADUFRJ) promove manifestação pela reintegração dos professores cassados.



1980

No início dos anos 1980, foi formado o primeiro núcleo de pesquisa do Departamento de História: o Núcleo de Pesquisa e Estudos Históricos (NPEH). Pioneiro, o NPEH foi anterior a qualquer regulamentação da UFRJ sobre a formação de Núcleos e Laboratórios de Pesquisa. Sua formação visava renovar a historiografia brasileira e as discussões teórico-metodológicas acerca da escrita da história, e sinalizou para o propósito de não dissociar o ensino da pesquisa no curso de Graduação.

Com o objetivo de divulgar conferências e eventos promovidos pelo Mestrado do curso de História, são publicados *História em Cadernos*. Durante toda a década de 1980, essas brochuras circularam e foram um importante veículo para a consolidação das atividades de pesquisa e extensão.

1982

Com seu curso de Mestrado em funcionamento desde 1980, o Programa de Pós-graduação em História Social (Ppghis) é reconhecido pelo MEC e terá o Doutorado credenciado dez anos depois, em 1992. Desde o seu início, o Ppghis já formou mais de quinhentos estudiosos da História, sendo um consagrado núcleo da produção historiográfica brasileira.

1985

José Luiz Foresti Werneck da Silva (1932-1995), na chefia do Departamento de História da UFRJ, publica *A deformação da história; ou Para não esquecer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. Em um esforço para passar a História a limpo, o livro reunia depoimentos, a memória e as interpretações sobre fatos da história recente de importantes historiadores do Rio de Janeiro.



1988 / 1989

O Artigo 207 da Constituição de 1988 prevê que “*as universidades gozam de autonomia didático-científica [...] e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*”.

Depois de acirrado processo de escolha discente, em que a sigla Casa (menção a Stuart Angel) foi preterida, o órgão da representação estudantil do curso de História assume o nome de Centro Acadêmico Manoel Maurício de Albuquerque¹¹ (Camma), homenageando o professor do IFCS que fora cassado pelo AI-5.

1994

A partir do segundo semestre letivo, numa ampliação de 100% na oferta de vagas do vestibular, o curso de História da UFRJ abre um novo turno e passa a oferecer os cursos de Bacharelado e Licenciatura em dois regimes de turno: o integral e o noturno. Sob o impulso dessa ampliação, o Departamento de História renova cerca de 70% do seu quadro docente permanente.

1995

Em agosto, o Laboratório de História Antiga (Lhia) lança o primeiro número da revista *Phoînix* — até hoje a única publicação nacional especializada em História Antiga. O periódico caracteriza-se por ser fórum isonômico de divulgação científica que busca a peculiaridade das abordagens historiográficas brasileiras, sendo um intermediador do diálogo entre os estudiosos da Antiguidade brasileiros e estrangeiros. Atualmente, a revista circula em meio impresso e em virtual (<http://www.lhia.ufrj.br>).



1996 / 1997

Após oito anos de discussões no Congresso Nacional, é sancionada a Lei 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Sob a direção da Professora Yvonne Maggie de Leers Costa Ribeiro, tem início a reforma e modernização das instalações da biblioteca do IFCS, Biblioteca Marina São Paulo Vasconcellos.

2000

Foi publicado o primeiro número de *Topoi. Revista de História*, periódico do Programa de Pós-graduação em História Social (Ppghis). O periódico objetiva promover o debate intelectual e a reflexão no campo das Ciências Humanas e Sociais, através de resenhas críticas sobre a produção recente e da divulgação de pesquisas realizadas por especialistas altamente qualificados no Brasil e no exterior. Desde dezembro de 2008, Topoi apresenta-se renovada, em formato eletrônico, acessível no sítio <http://www.revistatopoi.org>



2002

Com o apoio da Reitoria, o Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC) inicia as suas atividades. Em maio de 2004, o PPGHC obtém o credenciamento da Capes, sendo devidamente reconhecido pelo MEC em 10 de novembro. Rapidamente, em 2007, o PPGHC dá início ao curso de Doutorado, alcançando o conceito quatro na Capes.

2004

No fim do ano letivo, começa a circular o *Caderno Universitário de História (CUH)*, periódico discente publicado pelos alunos de Graduação. A partir de então, o CUH promove uma série de ciclos de debates acerca das pesquisas do alunato. Poucos anos depois, em abril de 2008, os mestrandos e doutorandos de ambos os programas de Pós-graduação do curso de História (PPGHIS e PPGHC) organizam conjuntamente *Diálogos & Aproximações: Seminário de Pesquisa da Pós-graduação em História da UFRJ*, evento acadêmico que reuniu jovens historiadores de todo o Brasil.

2007

O Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC) lança a *Revista de História Comparada* em meio virtual (<http://www.hcomparada.ifcs.ufrj.br/revistahc>). A revista caracteriza-se por ser um espaço de publicação dedicado a: demonstrar a originalidade e a singularidade das abordagens comparativas nos diversos modelos metodológicos possíveis; estabelecer um lugar de diálogo de historiadores com os demais saberes; e garantir a diversidade e

a qualidade científica, sendo, por excelência, um campo de experimentação comparada dos resultados de pesquisa, aberta a críticas e sugestões.

2009

Em 13 de maio, a Plenária Ordinária do Departamento de História aprova a iniciativa para a autonomia do curso de História, indicando os integrantes da Comissão Constituinte que irão elaborar o documento de criação com as diretrizes do futuro Instituto de História da UFRJ. Em 27 de agosto, a Plenária Ordinária do Departamento de História aprova a criação do Instituto de História da UFRJ. No dia 12 de novembro, o Instituto de História é aprovado pela Congregação do IFCS, em reunião extraordinária.

SEVENTY YEARS OF HISTORY AT UFRJ (1939-2009)

Abstract: *This article shows a resume of the 70 years of the Universidade Federal do Rio de Janeiro's History course.*

Keywords: *History; UFRJ's History Course; chronology.*

Notas

¹ Este Breve Histórico é fragmento de ***História – Diretrizes para o novo projeto acadêmico do curso de História da UFRJ***, documento de criação e constituinte do Instituto de História da UFRJ. A sua elaboração só foi possível graças às pesquisas da Comissão Organizadora das Celebrações dos setenta anos do curso de História (COC-70), instituída na Plenária Ordinária do Departamento de História, em 19 de março de 2008, e composta pelos professores José Murilo de Carvalho (presidente), Francisco Falcon (titular aposentado), Manoel Salgado Guimarães, Marieta de Moraes Ferreira e Norma Musco Mendes.

² Para um quadro comparativo entre as concepções de história que orientaram os projetos acadêmico pedagógicos da UDF e da FNF, ver FERREIRA, Marieta M. Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários. In: GUIMARAES, M. S. (Org.) **Estudos sobre a escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 139-161.

³ Sobre a história da USP, ver MOTOYAMA, S. (Org.) **USP 70 anos – Imagens de uma história vivida**. São Paulo: Edusp e Centro de História da Ciência, 2006.

⁴ Sobre a FNFi, ver o importante trabalho de FÁVERO, M. L. A. (Coord.) **Faculdade Nacional de Filosofia**. Rio de Janeiro: Proedes/UFRJ, 1992, 6 v.

⁵ O Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil, cujo primeiro presidente foi Victor Nunes Leal (1914-1985), foi oportunamente criado em 1959, obtendo recursos em virtude da meta 30 do Plano de Metas do governo JK. A propósito, cf. FARIA, L. de C. A Antropologia no Brasil. Depoimento sem compromisso de um militante em recesso. In: **Anuário antropológico**, n. 82. Edições UFC; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. Sobre a história das Ciências Sociais no Rio de Janeiro, entre outros, ver os trabalhos de Glaucia Villas Bôas, particularmente: VILLAS BÔAS, G. K. **Mudança provocada**. Passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

⁶ Sobre a história do prédio da Politécnica, que remonta à Real Academia Militar fundada após a vinda da família real, há uma importante referência bibliográfica de autoria do historiador Mário Barata (1921-2007), professor emérito do curso de História da UFRJ: BARATA, M. **Escola Politécnica do Largo de São Francisco**: berço da Engenharia brasileira. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1973.

⁷ As informações para esta cronologia foram compiladas nos arquivos do IFCS e do Proedes pelos seguintes bolsistas da COC-70, alunos do curso de Graduação em História: André Barbosa Fraga, Jorge Moraes, Daiane Lopes Elias, Elizete Gomes Coelho dos Santos, Daniela Baeta e Fernanda de Souza Antunes.

⁸ Imagem da capa do segundo número do **Boletim de História da Faculdade Nacional de Filosofia**.

⁹ Em 28/11/1968, a Lei 5.540 extingue a estrutura das cátedras nas instituições de ensino superior brasileiras. A Lei 5.540, de 28/11/1968, fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. O Decreto-Lei 464, a Reforma Universitária, fixa normas para incremento de matrículas no ensino superior.

¹⁰ Sobre o atentado terrorista, Gilberto Velho, então aluno, recorda: “*Marina já diretora [...] jogaram uma bomba na Marquês de Olinda. Essa bomba explodiu naquela árvore que ainda está lá, no jardim da Marquês de Olinda, 64.*” Apud RIBEIRO, A. M. Marina de Vasconcellos e o IFCS/UFRJ em tempos extraordinários: AI-5, repressão, conflitos e o sentido da universidade pública. In: MUNTEAL *et alii*. (Org.) **Tempo negro, temperatura sufocante** – Estado e sociedade no Brasil do AI-5. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 248. Tombada pela Prefeitura, a árvore, um belo espécime de pau-ferro plantado em 1867, permanece intacta até os dias de hoje (foto da página anterior); a casa, contudo, foi demolida e deu lugar a um moderno edifício residencial.

¹¹ Imagem da capa do livro de LOBO, E. *et alii*. (Org.) **Manoel Mauricio de Albuquerque**: mestre-escola bem-amado; Historiador maldito. Obra póstuma. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987, 236p.